



**SERVIÇO SOCIAL E FILOSOFIA DA PRÁXIS: reflexões sobre os fundamentos e a importância de Antonio Gramsci na formação acadêmico profissional**

Ana Livia Adriano<sup>1</sup>  
Ana Lole<sup>2</sup>  
Ariadne Rodrigues<sup>3</sup>  
Cristiana Costa Lima<sup>4</sup>  
Ivete Simionatto<sup>5</sup>  
Mariana Cavalcanti Braz Berger<sup>6</sup>  
Mirele Hashimoto Siqueira<sup>7</sup>  
Zaira Sabry Azar<sup>8</sup>

**Resumo**

Debate sobre o conceito de Filosofia da Práxis em Gramsci e o apresenta como elemento fundamental para fortalecer uma cultura profissional crítica. Destaca-se a importância do vínculo orgânico entre o Serviço Social e a história, sob uma perspectiva teórica crítica que reconhece as contradições do real e se engaja nas lutas emancipatórias da classe trabalhadora. A influência do pensamento gramsciano é analisada nos anais do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Por fim, o artigo explora como essa nova visão de sociedade e sujeitos coletivos influenciou o debate sobre a formação profissional comprometida com as classes subalternas, com base na experiência do Curso de Serviço Social da UFMA. A pesquisa foi realizada tanto por meio de fontes documentais nos Anais do III CBAS quanto por meio de revisão bibliográfica.

**Palavras-chave:** Gramsci; filosofia da práxis; Serviço Social.

**SOCIAL WORK AND PHILOSOPHY OF PRAXIS: reflections on the foundations and importance of Antonio Gramsci in academic-professional training**

**Abstract**

The concept of Philosophy of Praxis in Gramsci is discussed and presented as a fundamental element to strengthen a critical professional culture. The importance of the organic link between Social Work and history stands out, from a critical theoretical perspective that recognizes the contradictions of reality and engages in the emancipatory struggles of the working class. The influence of Gramscian thought is analyzed in the proceedings of the III Brazilian Congress of Social Workers. Finally, the article explores how this new vision of society and collective subjects influenced the debate on professional training committed to the lower classes, based on the experience of the UFMA Social Service Course. The research was carried out both through documentary sources in the Annals of the III CBAS and through a bibliographic review.

**Keywords:** Gramsci; philosophy of praxis; Social Work.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.43>

<sup>1</sup>Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Serviço Social. E-mail: [analiviass@gmail.com](mailto:analiviass@gmail.com).

<sup>2</sup>Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutora em Serviço Social. E-mail: [analole@gmail.com](mailto:analole@gmail.com).

<sup>3</sup>Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutoranda em Serviço Social. E-mail: [ariadnerodrigues\\_contato@yahoo.com.br](mailto:ariadnerodrigues_contato@yahoo.com.br).

<sup>4</sup>Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Políticas Públicas. E-mail: [cristiana.lima@ufma.br](mailto:cristiana.lima@ufma.br).

<sup>5</sup>Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Serviço Social. E-mail: [ivetesimionatto57@gmail.com](mailto:ivetesimionatto57@gmail.com).

<sup>6</sup>Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas. E-mail: [mariana.braz@ufma.br](mailto:mariana.braz@ufma.br).

<sup>7</sup>Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Serviço Social. E-mail: [mirelehashimoto@hotmail.com](mailto:mirelehashimoto@hotmail.com).

<sup>8</sup>Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas. E-mail: [zaira.sabry@ufma.br](mailto:zaira.sabry@ufma.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo reorganiza as ideias centrais dos quatro trabalhos que compuseram a mesa temática coordenada com o mesmo título, apresentada durante a XI Jornada Internacional de Políticas Públicas (XI JOINPP/UFMA), 2023, em São Luís/MA. Seu objetivo é expor o tema em sua complexidade, tendo o Serviço Social e a Filosofia da Práxis como eixos que dão unidade aos quatro estudos<sup>1</sup>.

O debate acerca dos fundamentos do Serviço Social tem concentrado inúmeras produções e reflexões coletivas, que majoritariamente se conectam pela preocupação em afirmar e desvelar as particularidades e insígnias do vínculo orgânico entre Serviço Social e história. Tal desvelo exige a compreensão dos antagonismos, das contingências e das necessidades que atravessam as elaborações profissionais do Serviço Social — no contexto da sua organização política, do trabalho e da formação — referenciadas numa perspectiva teórica crítica, radicalmente depuradora das contradições do real e ética e politicamente implicada nos princípios e nas lutas emancipatórias da classe trabalhadora.

Nesse percurso, a filosofia da práxis ganha centralidade e se consolida como elemento articulador da interlocução do Serviço Social com as Ciências Humanas e Sociais, contribuindo exponencialmente para o fortalecimento de uma cultura profissional crítica, bem como com a processualidade teórica e política de formação da cultura dos intelectuais brasileiros.

Neste artigo, apresentamos uma pesquisa teórica sobre a concepção de Filosofia da Práxis de Antonio Gramsci, com destaque para os Cadernos 11 e 25. Isso porque, embora o tema perpassasse o conjunto dos Cadernos, é nesses que o autor apresenta com maior desenvolvimento sua original concepção do marxismo como filosofia da práxis, afirma a relação entre filosofia, história e política, não somente como um método a ser aplicado, mas como uma “metodologia histórica”, imprescindível à elevação filosófico-cultural dos grupos subalternos, a fim de se tornarem realmente autônomos na luta para a construção de uma nova hegemonia.

Somado a isso, foi realizada, também, uma análise dos anais do III Congresso Brasileiro de Assistentes sociais, no qual foi constatada a influência do pensamento gramsciano, sendo destacadas as categorias ‘ideologia’, ‘filosofia da práxis’ e ‘subalternos’ como fundamentais para se pensar os novos rumos da profissão e as ações práticas de assistentes sociais neste evento. Os anais do III CBAS apontam para um compromisso das assistentes sociais com as classes dominadas, em um processo de transformação social.

Por último, foi analisado como essa nova visão de sociedade e de sujeitos coletivos influenciou o debate em torno de uma formação profissional comprometida com as classes subalternas, tendo

Gramsci como referência a partir da experiência do Curso de Serviço Social da UFMA como base para analisar os processos históricos envolvidos na construção de uma nova abordagem alinhada com a dinâmica teórico-política nacional, especialmente a partir da Virada do Serviço Social, visando à construção do Projeto Ético-Político da Profissão.

## 2 A FILOSOFIA DA PRÁXIS E O MARXISMO DE GRAMSCI

Se a política é o tema central desenvolvido por Gramsci ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, sua reflexão filosófica não é menos importante. Afinal, a relação entre filosofia e política é imbricada no pensamento gramsciano e se constitui em um empreendimento que obteve especial atenção por parte do pensador italiano na busca pela refundação do marxismo e sua libertação das vulgarizações positivistas e mecanicistas, fortemente difundidas no debate italiano entre os séculos XIX e XX.

Retomando a Marx, especialmente às *Teses sobre Feuerbach* e ao *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, Gramsci elabora sua definição do marxismo, traduzido como filosofia da práxis. Buscando se distanciar da ortodoxia dogmática, especialmente aquela apregoada pela Segunda Internacional, constrói uma inovadora concepção do marxismo, uma “concepção historicista da realidade” em seus nexos entre passado e presente, estrutura e superestrutura, pensamento e ação.

Afinal, para Gramsci, o marxismo é uma visão de mundo organizada, coerente e independente, cujo movimento de autossuficiência denota a legitimação e a necessidade de diálogo com o real, com outras tendências teóricas e políticas e, por conseguinte, a recusa a desqualificação das formas de pensamento divergentes e contraditórias, como o positivismo e o liberalismo. Segundo o comunista sardo, o pensamento de Marx representa a síntese mais avançada da história da filosofia e, num mesmo processo, uma forma superior da filosofia apreender a história, de modo que traduzir Marx é uma tarefa histórica: implica uma coerência de forma e conteúdo; uma unidade entre a tradução linguística do texto do autor (coerente com o seu ambiente intelectual, seus interlocutores, tempo histórico e ritmo do pensamento) e as condições históricas e sociais que solicitam a vitalidade das ideias do autor.

Portanto, nos *Cadernos*, com “filosofia da práxis”, Gramsci arquiteta mais do que um artifício de linguagem para driblar a censura fascista, uma vez que sua arguta análise produz recursos teóricos que o permitem afirmar a dialética a partir da *Weltanschauung*, isto é, da concepção de mundo que Marx elaborou, e tem como sistematização fundamental a passagem da “ciência para a ação” (Gramsci, Q 7, § 33). Tais recursos apresentam-se também como estratégia para eliminar das suas reflexões a reprodução do determinismo ou do idealismo vigente na filosofia, visto que a vulgarização que atravessou a tradição marxista nas primeiras décadas do século XX exigia, na perspectiva gramsciana, um estudo sistemático e rigoroso, que não prescindisse da compreensão — como registrado no parágrafo 11 do Q 10 — de que “[...] a filosofia da

práxis, certamente, deriva da concepção imanentista da realidade, mas desta enquanto depurada de qualquer aroma especulativo e reduzida a pura história ou historicidade, ou a puro humanismo” (2004:304).

Desse modo, especialmente nos *Cadernos 10 e 11*, Gramsci aprofunda sua leitura a respeito da filosofia da práxis, procurando conferir novos desdobramentos à filosofia marxista. Inspirado em Labriola, busca (re)conduzir o marxismo ao seu desenho original e, mediante o “[...] resgate do pensamento originário de Marx; [...] procura destacar a especificidade, a originalidade e a maior consistência da filosofia da práxis em relação às outras filosofias” (SEMERARO, 2005, p. 30).

*Mas, afinal, como será capaz de realizar esta ortodoxia? Como se põe na defesa da filosofia da práxis?* Combatendo veementemente a “corrupção” do marxismo no *Caderno 11*, escrito entre 1932 e 1933 — intitulado *Introdução ao estudo da filosofia* —, o marxista italiano se contrapõe às teses contidas no *Manual popular de sociologia marxista*, de Nikolai Bukharin. Para ele, a interpretação do marxismo de Bukharin não passava de um “[...] aristotelismo positivista, uma adaptação da lógica formal aos métodos das ciências físicas e naturais [...]”, uma visão que transformava o marxismo em uma “[...] sociologia do materialismo metafísico [...]” (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 14, p. 1402-03; CC, 1999, p. 120). Adaptando o marxismo a essa “abordagem”, o *Manual* de Bukharin, propagado como popular, era, na verdade, uma vulgarização do marxismo, dado que era incapaz de oferecer uma teoria superior e de elevar as massas populares do estado de subalteridade em que se encontravam (DAINOTTO, 2017).

Gramsci contesta essa visão, afirmando que “o marxismo não é uma ciência das regularidades históricas”, mas antes das contradições, e a filosofia da práxis tem como propósito superar tais contradições através de um processo revolucionário. Afinal, ela tem uma ligação com a realidade, fundamentando-se em uma historicização absoluta (SIMIONATTO, 2023).

Nessa perspectiva, no *Caderno 11*, especialmente a partir do § 12, Gramsci define, em termos gerais, sua concepção de filosofia, destacando o valor da filosofia da práxis em relação às demais. Ao contrário das interpretações correntes de que a filosofia é algo reservado a “[...] cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos”, para ele “todos os homens são ‘filósofos’” (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 12, p. 1375; CC, 1999, p. 93). Isso porque todos possuem e compartilham de uma visão do mundo que está contida na linguagem, no senso comum, no bom senso, na religião, no folclore. Não existe, portanto, uma filosofia em geral: existem várias filosofias ou concepções de mundo e se faz sempre uma escolha entre elas.

Nesse sentido, “[...] pela própria concepção de mundo” de que somos portadores, “pertencemos sempre a um determinado grupo” (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 12, p. 1376; CC, 1999, p. 94), e ele, por sua vez, compartilha e (re)produz modos de agir e de pensar. Tendo essa referência como pressuposto, é imperioso indagar-se: é preferível que se compartilhe de uma concepção de mundo imposta e, portanto, desagregada e ocasional ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo e participar ativamente da história?

Certamente, é preferível que se elabore a própria concepção de mundo. Essa nova elaboração, não obstante, pressupõe e perpassa a crítica à concepção de mundo ou filosofia espontânea de que se é portador, visto que, para torná-la coerente e unificada, é necessário “conhecer a ti mesmo” — realizar não descobertas geniais, mas socializar as verdades já descobertas, ou seja, questionar a filosofia espontânea, aquela que é herdada do passado, acolhida sem crítica e vivenciada como profissão de fé (GRAMSCI, 1977). Elaborar a própria concepção de mundo significa criticar a filosofia espontânea emprestada de outro grupo social, isto é, questionar a filosofia vivida que não é a sua, por isso submissa e subordinada. Embora vivenciada como profissão de fé, a filosofia espontânea deve ser colocada como objeto de análise. Para Gramsci, a religião popular e o senso comum são exemplos de filosofias espontâneas, desagregadas e ocasionais, já que cumprem a função ideológica de manter os simples na condição de subalternos. A filosofia da práxis é precisamente uma filosofia superior, porque possui a tarefa de fazer com que os simples saiam dessa condição, entrando, nesse sentido, em contraponto com a religião popular e o senso comum: nasce, portanto, como crítica ao senso comum, colocando-se como uma nova concepção de mundo mais abrangente, coerente e integral (GRAMSCI, 1977).

Assim, Gramsci conceitua a filosofia da práxis como visão de mundo superior, uma inovação fundamental “[...] na ciência da política e da história”, uma “metodologia histórica” para pensar a realidade vivente e poder transformá-la. O objetivo é buscar sua socialização junto às classes subalternas, dotando-as de capacidade teórica para apreender, explicar e criticar o ponto de vista da classe dominante e emergir como nova força hegemônica. Uma filosofia voltada à “[...] superação da maneira de pensar precedente” e, “[...] antes de tudo, como crítica do ‘senso comum’ [...] não para introduzir *ex novo* [...], mas inovar e tomar-se ‘crítica’ uma atividade já existente”, elaborando com as massas “uma concepção de vida superior” (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 12, p. 1383; CC, 1999, p. 101).

É, por isso, uma teoria que serve de base para uma determinação prática, visto que organiza “[...] o elemento prático, indispensável para que esta teoria seja colocada em ação” (GRAMSCI, 1977, Q 15 § 22, p. 1780; CC, 1999, p. 260). Para Gramsci, ela só adquire sentido na medida em que se deve fazer realidade efetiva, permitindo aos homens “[...] criticar a própria concepção de mundo”, tomando-a “unitária e coerente” e elevando-a “[...] até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído”. Afinal, quando nossa “[...] concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de ‘homens-massa’ ou ‘homens coletivos’” (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 12, p. 1376; CC, 1999, p. 94).

Vê-se que, para o comunista sardo, a subjetividade e a objetividade não são oponentes e nem desprovidas de conteúdo histórico; ao contrário, são o elemento sistematizador da vontade, a experiência histórica processada na luta de classes. É preciso preservar o que nunca morre, isto é, a história, o homem em seus movimentos singulares e coletivos. Gramsci nos ensina a refutar as “incrustações positivistas” que

incidem nas interpretações da obra marxiana e, principalmente, sobre a perspectiva de transformação do mundo. Afinal, a oposição ao fatalismo, a recusa às leituras esquemáticas dos processos históricos e da luta de classe é um imperativo que atribui vitalidade e a instauração de uma possível tradutibilidade. Essas exigências se tornam muito mais proeminentes quando circunscritas a uma sociedade de capitalismo dependente, atravessada por conformações societárias reprodutoras de desigualdades intensas e rebeldias viscerais, como a sociedade brasileira.

Assim, em um trânsito analítico para a contemporaneidade, percebemos que, além de um ordenamento político-econômico marcado por uma assombrosa exponenciação do liberalismo, a crise sanitária nos últimos anos amplificou o metabolismo antissocial do capital (ANTUNES, 2020) e, por conseguinte, o seu potencial destrutivo. O trabalho intermitente e as relações de trabalho crescentemente individualizadas e invisibilizadas, que se travestem “de prestação de serviços e obliteram as relações de assalariamento e exploração do trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 20). As condições de vida e trabalho alteraram-se brutalmente e as manifestações da questão social ganharam novos contornos, aprofundando as velhas estruturas que a sustentam. À fome, à pobreza, ao desemprego, à informalidade e ao adoecimento associa-se a uma precarização absurda das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, junto a um empobrecimento nos espaços de luta e de projetos universalizantes e humanizadores, assinalando um terreno fértil para a recusa das perspectivas totalizantes, que priorizem a história como primado ontológico e o homem, como ser universal, histórico e construtor de relações e objetivações sociais. Logo, apresentam-se como impeditivos — ao mesmo que requisita de modo urgente — a tradutibilidade. O Serviço Social participa e contribui com esse processo, afirmando um projeto profissional, cujos fundamentos que lhe atribuem materialidade são processados na fronteira do pensamento crítico e na luta contra toda forma de exploração e opressão, afirmando a perspectiva das classes subalternas. Nesse processo, a ontologia constitui-se de um recurso teórico-político indispensável à construção de mediações no vínculo orgânico do Serviço Social com as relações sociais: todas essas questões podem encontrar no pensamento de Gramsci um terreno fértil para sua afirmação.

Parece consensual entre os estudiosos do marxismo que, na tarefa consciente de reconstituir o pensamento de Marx, “de valorizá-lo por inteiro e de desdobrar dimensões implícitas e menos desenvolvidas, Gramsci aprofunda e estreita inseparavelmente o nexos entre filosofia e política” (SEMERARO, 2000, p. 38). No conjunto da complexidade e polissemia que atravessa o termo [marxismo] em seus fundamentos e manifestações históricas, a compreensão deste enquanto “*posição filosófica e movimento político*” (FROSINI, 2013) se apresenta coerente e organicamente provocadora. Como assinala Lenin, no segundo meio século de existência do marxismo (nos anos noventa do século XIX), começou “a luta contra a corrente hostil ao marxismo em seu próprio seio (...) os revisionistas se afundavam no pântano do envelhecimento filosófico da ciência, substituindo a ‘sutil’ (e revolucionária) dialética pela ‘simples’ (e pacífica) ‘evolução’” (Lenin,

1908). O marxismo de Gramsci é, por sua vez, produto do marxismo de sua época e foi atravessado por intensos movimentos de afirmação e negação, condensados majoritariamente no revisionismo e no leninismo, exaltando o positivismo e o economicismo — que de priscas eras circunda a cultura europeia e mundial — sob o argumento da renovação<sup>2</sup>.

Com a mesma tenacidade que Gramsci interpretou Dante nos *Quaderni*, compreendendo que o desdém de Guido por Virgílio indicava “uma descontinuidade histórica” com relação ao mundo clássico, invocado na Divina Comédia (Q 7, § 68, p. 155), também apreendeu a consciência da necessária tarefa de compreender o seu tempo e suas descontinuidades. Nessa intersecção entre as necessidades operativas de transformação do mundo e as condições objetivas para transformá-lo, se deslinda o ético-político, enquanto uma síntese histórica, vinculada organicamente à luta de classe, aos embates hegemônicos e, de modo especial, aos modos de ser, existir e pensar dos trabalhadores e das classes subalternas. Arriscamos afirmar que nesses elementos residam a síntese e a vitalidade histórica da filosofia da práxis.

## **2.1 A Filosofia da Práxis e o Serviço Social: contribuições a partir de Gramsci**

Se é inconteste a perspectiva histórica inscrita na concepção de profissão inaugurada na obra de 1982, é preciso que a apanhemos como imanente ao arcabouço da teoria social de Marx na qual se sustenta aquela concepção, o que supõe, por seu turno, o reconhecimento de que “a imensa força de Marx sempre residiu em sua insistência tanto na existência da estrutura social quanto na sua historicidade, ou, em outras palavras, em sua dinâmica interna de mudança” (HOBBSAWN, 2013, p. 210). Ora, um tal reconhecimento implica num duplo desafio teórico: a apreensão dos componentes centrais da leitura marxiana da vida social como expressão ideal da apreensão da dinâmica inerente ao processo de desenvolvimento do ser social e, por isso mesmo, uma apreensão atenta e colada nas condições histórico-sociais particulares e precisas nas quais esse desenvolvimento se dá.

Num balanço realizado por ocasião dos 20 anos de “Relações sociais e Serviço Social no Brasil [...]”, Iamamoto (2002) destaca mais de uma dezena de componentes constitutivos da obra e que lhe permitem reafirmar “[...] integralmente, a análise efetuada sobre o Serviço Social no âmbito do processo de produção e reprodução das relações sociais, no marco da pesquisa histórica realizada, que abrange as décadas de 1930 a 1960” (IAMAMOTO, 2002, p. 105). Não pretendendo reproduzir aqui os exatos componentes então reafirmados por nossa autora, arriscamos a colocação do que julgamos essencial para chegar aonde queremos.

O significado social da profissão é arrancado do processo de produção e reprodução das relações sociais então estabelecidas pelas classes sociais fundamentais, tendo, na exploração da força de trabalho, na propriedade privada dos meios de produção da vida e da divisão social do trabalho, os seus

suportes fundamentais. Implica, portanto, no reconhecimento da produção mercantil tipicamente capitalista e nas formas nela assumidas pelo valor, cuja análise e desvendamento do seu significado e tensões apenas se efetivam por meio e por dentro da análise mesma do processo capitalista de trabalho, como processo de valorização, desnudando também a gênese, o desenvolvimento e as consequências da alienação sob o capitalismo. Ao apanhar o processo de produção da riqueza social como processo coletivo levado a cabo pelos trabalhadores, apanha sua condicionalidade à sua própria apropriação privada, desvelados que são os fundamentos do processo de valorização e acumulação capitalista, desembocando na compreensão da produção de uma população sobrando às necessidades do capital como resultante inerente de sua sociedade. Daí o fenômeno da questão social, do componente político que lhe é imanente e que implica na configuração de conflitos e lutas de classe então capitalistas, cujo enfrentamento ganha expressões das mais diversas, possuindo horizontes ideopolíticos também diversos — da superação da ordem burguesa à sua preservação, na qual se situam as vias institucionais, sobretudo por meio do Estado, particularmente na resposta que elabora em circunstâncias histórico-sociais precisas: as políticas sociais.

Da densidade e depuração dessas análises, salta o exame do caráter contraditório da profissão e sua ineliminável natureza política (IAMAMOTO, 2002), parecendo-nos relevante salientar que a inscrição do Serviço Social no âmago dos processos institucionais, que respondem às formas mais acabadas e empíricas das relações sociais entre as classes fundamentais, somente tem seu significado e consequências desvendados porque é remetida a uma apreensão da totalidade social. Sob pena de parecer óbvia essa afirmação, coloquemos em outras palavras: a apropriação do arcabouço da pesquisa marxiana contida na obra de 1982 somente poderia resultar na elaboração de uma concepção de profissão capaz de exprimir idealmente as raízes concretas e histórico-sociais (nas quais se fincam o seu exercício efetivo, então implicado até as tampas com/na totalidade social enfeixada nas relações sociais entre as classes), e, ao mesmo tempo e por isso mesmo, de reconhecer as determinações de ordens diversas incidentes no universo do Serviço Social — econômicas, ideopolíticas, ético-morais, teórico-filosóficas, etc. Parece que aqui conseguimos chegar aonde queríamos: é apenas da interlocução com o pensamento de Marx, dotado de uma ontologia do ser social, que se torna possível a apreensão mesma do próprio ser, tal como se objetiva em dadas condições histórico-sociais — das quais é produto e produtor —, e, portanto, a apreensão das determinações então constituintes do ser social. Aqui se situa a vinculação ontológica entre Serviço Social e história, considerando a riqueza categorial de que a última — porque produto das ações humanas — é portadora.

Nessa perspectiva, a filosofia da práxis como teoria das contradições ilumina as elaborações coletivas tecidas pelo Serviço Social, nomeadamente aquelas que operam na confluência da ruptura com o pensamento conservador e afirmam o projeto profissional crítico e alternativo. A filosofia da práxis é referenciada como um dos elementos que caucionam a articulação orgânica do Serviço Social com a história, formatando-se como um dos componentes centrais na compreensão dos fundamentos da profissão, de sua



processualidade histórica, articulação com as lutas sociais e análise da sociedade burguesa. Especialmente no plano do método e de seu rico instrumental de análise, oferece possibilidades inovadoras na apreensão da realidade social e das diversas expressões da “questão social”, contribuindo para desvelar as contradições materiais da vida prática das classes subalternas, suas condições objetivas e subjetivas, suas necessidades históricas, seu modo de pensar e as formas de resistência forjadas em seu cotidiano no enfrentamento à hegemonia capitalista contemporânea.

Portanto, se o Serviço Social é profissão que se compreende na/pela história, põe-se também a questão de refletir sobre qual classe fundamental e, mais exatamente, quais interesses de classe, seu projeto profissional se vincula e legitima: sem neutralidade, o compromisso ético-político do Serviço Social brasileiro, ao menos ao longo das últimas quatro décadas, está alicerçado em favor e na defesa dos interesses das classes e grupos subalternos!

Aliás, no pensamento gramsciano, também encontramos uma importante reflexão sobre as classes subalternas: Gramsci as caracteriza como aquelas que estão bastante desagregadas na história e que nela possuem uma atuação muito episódica; estão sempre sob a influência da classe dominante, mesmo quando se insurgem e se rebelam esporadicamente, de maneira a identificar a desagregação como uma das características marcantes de sua história.

Além disso, as classes e grupos subalternos não se constituem de um conjunto homogêneo, mas formam um “todo” composto por partes bastante desconexas entre si e com diferentes níveis de subalternidade, o que as estimula a permanecer em estado de passividade. Por isso, quando no Q 3 § 48, em uma nota intitulada *Passado e presente. Espontaneidade e direção consciente*, Gramsci (1977) argumenta que os subalternos são até capazes de sentir e de compreender seu estado de exploração, promovendo, nestes casos, revoltas e rebeliões; elas não conseguem ultrapassar, por si só, os limites de uma revolta espontânea, dado que precisam ser combinadas com uma direção consciente. Isso não significa, no entanto, que a característica da espontaneidade desses grupos deva ser ignorada, mas precisa ser dirigida e guiada (BUTTIGIEG, 2017).

Mesmo quando os grupos subalternos parecem vitoriosos, “[...] estão apenas em estado de defesa, sob alerta [...]” (GRAMSCI, 1977, Q 25 § 2, p. 2283-2284; CC, 2002, p. 135), sendo que, para conseguirem se unificar e dar coesão a seus interesses e projetos, despidendo-se da influência da classe dominante, necessitam travar uma “vitória permanente”: somente ela é capaz de romper com a subordinação. Isso porque a hegemonia exercida por parte da classe dominante faz com que os grupos sociais subalternos continuem em seu estado de passividade e desagregação. A capacidade da classe dominante de desmobilizar e impor uma determinada concepção de mundo às classes subalternas que não é a sua, torna possível tecer os fios da hegemonia, que, por sua vez, sustenta o projeto político da classe dominante.

Ademais, a hegemonia, a capacidade de tornar universal os interesses particulares a partir da conquista do consenso ativo e passivo, é o que garante que as classes e os grupos subalternos se mantenham episódicos na história e que a tendência à sua unificação se afirme em termos muito provisórios (GRAMSCI, 1977). Nessa perspectiva, a vitória permanente das classes e grupos subalternos só será possível na medida em que forem capazes de “tomarem-se Estado”. Gramsci, no § 5 do Q 25, intitulado *Crêterios de método*, indica que a história dos Estados e dos grupos de Estados é sempre a história das classes dirigentes unificadas historicamente. Portanto, as subalternas, enquanto não estiverem unificadas no Estado, se constituem apenas numa “[...] função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil [...]” (GRAMSCI, 1977, Q 25 § 5, p. 2288; CC, 2002, p. 139–140).

Se a história da sociedade civil é, hoje, a história dos grupos dominantes, também pode ser, amanhã, a história dos grupos subalternos, pois “a aquisição de uma posição hegemônica na sociedade civil é, ao final, mais importante para as classes dominantes do que a aquisição do controle sobre o aparato político-jurídico governativo” (BUTTIGIEG, 1999, p. 37). Afinal, Gramsci conseguiu compreender corretamente as relações dialéticas entre estrutura e superestrutura e indicou que a construção de uma nova sociedade deve se iniciar pela elaboração de uma ampla frente ideológica, dado que a classe dominante permanece nessa condição porque, além do controle dos aparelhos coercitivos do Estado, domina a robusta sociedade civil, isto é, o “conjunto de fortalezas e casamatas”, que forma a opinião pública e conquista o consenso, veiculado por intermédio dos aparelhos privados de hegemonia. Nesse ínterim, as classes e grupos subalternos necessitam travar uma “guerra de posição” em favor de uma nova hegemonia, uma mudança cultural nas concepções de mundo, que deve se difundir entre todos os estratos e instituições. Certamente, esta é uma luta bastante complexa e ocorrerá por meio de um processo duradouro, já que a tendência é sempre a de segregar e dissipar as iniciativas dos grupos subalternos.

Não obstante, vê-se que Gramsci escolhe valorizar a capacidade das classes subalternas de saírem de sua condição, destacando seus traços de iniciativa autônoma. Busca por respostas para o problema de como pôr fim à subalternidade, de modo a superar todo o modo de vida primitivo. Por isso, é possível dizer que, do ponto de vista dos aspectos ético-políticos, também a superação do senso comum para uma concepção de vida superior exige o diálogo com os “simples”, suas formas de vida e de luta.

O Serviço Social é profissão que circunscreve o seu projeto profissional crítico sintonizado com as demandas das classes e grupos subalternos. Vincula-se à defesa de construção de uma nova sociedade sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. Apesar de reconhecer que a árdua luta coletiva de classes envolve segmentos mais amplos que os inscritos no âmbito de uma categoria profissional, acreditamos que o Serviço Social, profissão que forjou a sua trajetória na luta política contra o histórico conservadorismo, contra os grilhões da exploração que submetem o trabalho e a favor da afirmação da verdadeira liberdade, encontra em Gramsci inspiração para fortalecer a direção social e o compromisso

profissional que assumimos desde a Virada: a defesa de um projeto societário alternativo e, por conseguinte, a luta pela libertação das classes exploradas. O marxista italiano nos auxilia, portanto, a lembrar de nossas forças, de nossas tarefas, de nosso dever: eis aqui um convite aberto à filosofia da práxis.

### **3 A FILOSOFIA DA PRÁXIS NOS ANAIS DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) foi realizado em 1979, em São Paulo, e é considerado o “Congresso da Virada”, pois ele foi um momento ímpar na história do Serviço Social. Nele, a profissão se organizou “a partir do compromisso ético-profissional com uma sociedade justa e sem exploração” (SPOSATI, 2009, p. 83). O III CBAS estabeleceu uma nova correlação de forças a partir de um compromisso coletivo com a classe trabalhadora. A partir dessa “virada”, o Serviço Social se colocou abertamente em aliança com movimentos organizados na luta contra a Ditadura Militar (1964–1985), “uma marca pública da força do compromisso ético da categoria com a classe trabalhadora”, como explica Sposati (2009, p. 94).

Os anais deste evento apontam para a intenção de construção de um novo projeto de profissão. Sendo assim, esse material raro traz uma perspectiva revolucionária, na qual as assistentes sociais e os grupos subalternos, através da organização e da conscientização, unem forças a fim de transformar a sociedade e construir um novo bloco histórico. Essa perspectiva revolucionária foi gerada na luta de classes, implicando a assistência social optar por uma concepção de mundo vinculada aos interesses das classes dominadas ou subalternas.

A importância de se realizar uma pesquisa sobre a influência das obras de Gramsci no “Congresso da Virada” está na relevância teórica atemporal do teórico italiano para essa área do conhecimento, assim como no marco que os anais III CBAS representam para as conquistas históricas das assistentes sociais em conjunto com a classe trabalhadora. Ao comprovarmos a utilização das categorias gramscianas no III CBAS, confirmamos que a inserção do pensamento gramsciano contribuiu para as ações práticas tomadas pelas e pelos participantes do evento — rompendo com a ordem estabelecida e firmando um compromisso ético e político com as classes subalternas.

Entendemos a importância do legado do “Congresso da Virada” e seus desdobramentos, com ganhos históricos e políticos na defesa do que se construiu e se consolidou coletivamente, como a aliança entre os trabalhadores na luta pelos seus direitos. Reconhecemos, também, que embora as ideias de Gramsci tenham sido introduzidas nos anais do III CBAS com certas limitações, as categorias gramscianas foram utilizadas pelos congressistas, sendo o pensamento gramsciano de grande importância neste evento, assim como no processo de mudanças do Serviço Social e na articulação

com os grupos subalternos. O pensamento gramsciano contribuiu para que o Serviço Social repensasse as suas bases, para a organização dos subalternos e para sua luta ideológica — a fim de se construir um novo bloco histórico. As categorias de Gramsci foram, assim, de grande contribuição para se pensar em uma proposta de um novo pensar e agir sobre o Serviço Social.

Por fim, os anais do “Congresso da Virada” apontam que o Serviço Social conseguiu assumir um posicionamento crítico, rompendo com os ditames da ditadura militar e com o conservadorismo, ao mesmo tempo que assumiu um compromisso ético-político com as classes subalternas. O Serviço Social, ao escolher ser o instrumento de libertação das classes subalternas, necessitou repensar suas próprias práticas profissionais, a fim de as colocar em colaboração com as lutas sociais.

Os anais do III CBAS são um documento no qual foi publicado o “teor das conferências e debates [...] na íntegra [...], sem correções e/ou revisões” (CFAS, 1979, p. 1), acreditando que assim os leitores e as leitoras teriam mais riqueza de detalhes ao manusear ao manuseá-lo.

A categoria filosofia da práxis não aparece de forma direta nos anais do III CBAS, mas encontramos, desde o início do material, falas que expressavam a ideia de transformação, mudança, organização e conscientização das massas, para que elas tivessem o poder de transformar a sociedade. Com isso, para a seleção deste material, buscamos as partes do texto em que as palavras “consciência”, “organização”, “mudança” e “transformação” foram usadas com o sentido gramsciano de organização e conscientização dos subalternos, de forma que eles mudem a realidade. Não foram selecionadas partes em que essas palavras aparecem com o sentido de reformismo e dentro de interesses governamentais. Foram acrescentadas, também, as partes do texto em que foram encontradas a palavra “práxis”.

Dentro desse critério, foram encontradas citações em 102 páginas, o que mostra a imensa contribuição dessa categoria para os anais, assim como para a nova atuação profissional e no compromisso firmado com os trabalhadores. Quem mais utilizou palavras, de forma que mais se aproximasse à ideia de filosofia da práxis de Gramsci foram: Luiza Erundina de Sousa em 8 páginas, em seguida, Seno Cornely (7), Letícia Carneiro (6), José Cortez (6) e Maria Abramides (4).

Destacamos aqui algumas falas contidas nos anais do III CBAS, nas quais a categoria gramsciana filosofia da práxis foi utilizada, contribuindo para que o Serviço Social rompesse com os representantes da ditadura militar presentes no evento e repensasse as suas bases, colaborando, também, para a organização da classe trabalhadora, em particular da categoria profissional.

De acordo com a assistente social Assumpção de Andrade (*apud* CFAS, 1979, p. 177), as ações paliativas realizadas pelo governo não resolvem questões estruturais da sociedade brasileira, não levam à transformação e, com isso, não são válidas: “É preciso haver uma concentração numa

ação que leve à transformação, que leve à mudança da própria sociedade e às causas, que criam esses problemas”.

Claro que não cabe ao assistente social sozinho, D. Quixote, fazer essa transformação, mas cabe, dentro do conjunto geral, no caso de profissionais liberais, juntamente com os médicos, com os engenheiros, com os arquitetos, forçar que se trace uma política em que os recursos existentes sejam prioritariamente ou exclusivamente empregados numa ação de transformação, [não] numa ação de manutenção, que simplesmente permita que o que está aqui, esses problemas existem hoje, se perpetuem, ou que não criem crises, que venham a obrigar a uma transformação dos problemas existentes (ANDRADE *apud* CFAS, 1979, p. 177).

Segundo Andrade (*apud* CFAS, 1979, p. 177), estamos comprometidos com a classe dirigente e somos pagas para determinadas tarefas, que devem ser cumpridas. Entretanto, o trabalho profissional deve ser “uma ação de conscientização e de reflexão com a classe dominada”. Busca-se, assim, a consciência da população a fim de se encontrar meios para modificar a realidade da época, marcada pela ditadura militar, e se compreende o Serviço Social como uma profissão inscrita na superestrutura da sociedade, sendo uma profissão permeada por lutas ideológicas, e que pode contribuir para a formação de uma nova hegemonia ao lado das classes subalternas. Andrade aponta, ainda, para a importância de escutar os mais diversos trabalhadores e refletir com eles sobre alternativas diante da realidade (ANDRADE *apud* CFAS, 1979, p. 179).

A importância de se escutar e aprender com a população organizada transparece no III CBAS e no cine-fórum realizado às 9 horas do dia 25 de setembro, com o tema “Realidade e direitos sociais e habitação”, que trouxe falas de líderes de moradores de favelas, como a do Sr. Francisco Espíndola.

Outra coisa que considero importante é a participação do pessoal de bairros aqui, cuja consciência política me deixou realmente impressionado. Acho que foi colocada uma série de questões, desde a relação de capital, questões de multinacionais e também de como o Estado assume as suas funções, etc. Agora, pela palavra dos dois líderes dos moradores em favela, surgiu uma questão fundamental, que é a capacidade de organização que tem a população. Se observarmos essa capacidade de organização existente hoje, em que há também uma conquista de espaço e de participação por baixo, essa possibilidade de organização vai-se ampliando e deveríamos ter em mente que essas possibilidades de solução dos diversos problemas não está na possibilidade de organização do setor A ou do setor B, isoladamente, mas na possibilidade dos diversos setores cruzarem as suas informações, na possibilidade de eventualmente organizações de moradores começarem a unificar as suas reivindicações com as daqueles que estão lutando nas fábricas e outros setores da sociedade (MOISÉS *apud* CFAS, 1979, p. 199).

De acordo com Moisés (*apud* CFAS, 1979, p. 199), um dos passos frente à ideologia dominante seria “construir uma práxis libertadora em nossas áreas de atuação. Paulo Freire já se encarregou de definir os objetivos e a metodologia de uma pedagogia libertadora”. Diante dessa fala, acompanhamos que, além de Althusser e Mao-Tsé-Tung, Paulo Freire também foi citado de forma direta pelos anais do congresso. Apesar de Gramsci não ter o nome citado nos anais do III CBAS, suas

categorias e ideias aparecem por todo o material, sendo seus pensadores importantes para a formação do pensamento crítico do Serviço Social.

Isso é mais dentro da posição educativa do Serviço Social, em formar uma consciência crítica, porque nosso pessoal, se não tiver essa visão, realmente será levado por qualquer maré... Aceito que como classe, como categoria social, nós temos nossos mecanismos legais e devemos lutar por nossos direitos, com relação à nossa profissão. Com relação ao movimento político, só poderemos fazer alguma coisa de estável no momento em que o povo tenha a consciência crítica, para poder decidir, e não ser levado por impulsos de alas esquerdas ou direitas, ou de qualquer movimento que apareça, sem saber realmente que está acontecendo... As pessoas podem ser levadas a pensar, raciocinar e decidir-se, mas não devemos passar-lhes nossas próprias ideias. (GRANGEIRO *apud* CFAS, 1979, p. 219).

Evaldo Amaro Vieira trouxe para o debate a questão de que certas profissões, como o Serviço Social, teriam a função de levantar a consciência crítica das pessoas. Vieira (*apud* CFAS, 1979, p. 220) questiona o que é consciência crítica e aponta que “criar consciência crítica, injetar, é coisa de vanguardismo, que entende que temos condições de desalienar o povo brasileiro”.

A questão da consciência crítica não se coloca, primeiro, no sentido de dizer que a consciência crítica tem sido injetada como papel do Assistente Social. É uma posição muito elitista entender que nós, onipotentemente, temos a função de sair por aí tirando a ingenuidade das pessoas e dando a elas uma visão crítica da sociedade. Inúmeros exemplos históricos existem de que a visão crítica decorre da própria experiência — experiência que qualquer homem comum pode ter. No entanto, nossa função em um País onde 3,4% chegam à Universidade é apenas de encaminhar criticamente soluções, e não criar essa consciência (VIEIRA *apud* CFAS, 1979, p. 221).

A greve dos operários de 1978 e 1979 foi lembrada em muitas falas do evento, servindo de exemplo de mobilização, organização, conscientização e luta para as assistentes sociais. Uma das participantes do evento apontou que “a mobilização existe quando se conquista o espaço. Exemplo concreto disso é que, com lei de greve, greve proibida e essas coisas todas, ela estourou no ABC” (PARTICIPANTE *apud* CFAS, 1979, p. 240).

Ao longo do congresso, ficou cada vez mais nítida a importância do movimento operário para aquele momento histórico do final da década de 1970, e era criticada pelos participantes a ausência desses trabalhadores no III CBAS. A prática política e a transformação da sociedade tinham como protagonistas os metalúrgicos grevistas, sendo trabalhadores requisitados no congresso. Quando o poder não vem do povo, não é poder, é um falso poder. Mas não é menos poder, porque ele tem poder, inclusive de reprimir o povo, de deixar que o povo chegue ao ponto de considerar que ele não pode conquistar o poder. E é o que faz de pior para o povo — é quando se tira dele a consciência da sua própria capacidade (SOUSA *apud* CFAS, 1979, p. 278).

Dentre as mudanças propostas para o Serviço Social, se encontrava uma prática institucional crítica e coerente, sustentada por uma análise conjuntural estrutural. Tudo isso em

articulação com os subalternos. “Existe um desafio enorme pela frente. Temos que nos organizar nas nossas bases” (SOUSA *apud* CFAS, 1979, p. 278).

A meu ver, a gente teria que se associar, efetivamente, e quando eu digo efetivamente não só é através de discursos e moções, é também através de uma prática concreta associar-se aos movimentos sociais mais gerais, que debate custo de vida, anistia e, inclusive, se integrar, enquanto organismo de classe, no Movimento de Unidade Sindical. Acho que na medida em que tivermos uma presença concreta, legitimamente reconhecida pela categoria, nesses organismos, que estão representando os interesses populares, estaremos dando uma contribuição efetiva ao processo de mudança e ao processo de redemocratização do País (SOUSA *apud* CFAS, 1979, p. 285).

Diante do exposto, é notório que as categorias de Gramsci foram de grande contribuição para se pensar em uma proposta de um novo pensar e agir sobre o Serviço Social. Os anais do “Congresso da Virada” apontam que o Serviço Social conseguiu assumir um posicionamento crítico, rompendo com os ditames da ditadura militar e com o conservadorismo, ao mesmo tempo que assumiu um compromisso ético-político com as classes subalternas. O Serviço Social, ao escolher ser o instrumento de libertação das classes subalternas, necessitou repensar suas próprias práticas profissionais, a fim de as colocar em colaboração com as lutas sociais.

### **3.1 Formação Acadêmico-Profissional Crítica: a experiência do curso de Serviço Social da UFMA**

Durante os anos da década de 1970, o Brasil esteve sob o regime autoritário da ditadura civil-militar, que se iniciou em 1964 e perdurou até 1985. Esse período ficou caracterizado pela repressão política, restrição das liberdades civis, censura, perseguição aos opositores políticos e violações dos direitos humanos pelo Estado, incluindo o uso de tortura como forma de repressão.

O Estado, assim como o capital, continuou a impor suas demandas aos profissionais do Serviço Social, visando apaziguar ou controlar a população urbana e rural afetada pela intensificação da dinâmica capitalista. Contudo, a profissão, originalmente fundamentada nos princípios caritativos da Igreja Católica, passou por uma significativa transformação com a inserção da teoria crítica de orientação marxiana e a tradição marxista nas Ciências Sociais, especialmente no Serviço Social. Isso levou a uma revisão teórica e política de suas práticas e da realidade brasileira.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, criado em 1953, ainda na condição de Escola Maranhense de Serviço Social, também vivencia profundas mudanças, que repercutem no processo de formação acadêmica decorrente da renovação do projeto de formação, o que se reflete na revisão do currículo mínimo.

Envolvido de forma orgânica com o movimento histórico nacional capitaneado pela então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), atual Associação Brasileira de Ensino e

Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o curso da UFMA reflete o contexto das lutas estaduais, em especial, compondo processos organizativos populares, através de experiências extensionistas e mobilizações em defesa de direitos.

Mesmo durante a crise da ditadura civil-militar e o processo de abertura política, o Maranhão enfrentou desafios, especialmente devido às gestões truculentas do governador João Castelo (1979–1982) e do reitor José Maria Cabral Marques (1979–1988) na UFMA. Professores como Josefa Batista Lopes, Franci Gomes Cardoso, Alba Pinho de Carvalho, Nonata Santana, Eliana Moura e Teresinha Moreira Lima sofreram retaliações por suas participações ativas em projetos de pesquisa-ação que confrontaram o regime autoritário.

A contribuição do curso para a formação de assistentes sociais vai além do Maranhão e se irradia nacionalmente e na América Latina. Ressaltamos a relação entre a dinâmica local que se liga com o movimento nacional e o movimento latino-americano para a construção do Serviço Social, com destaque para a eleição de Josefa Batista Lopes como vice-presidente da *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social* – ALAETS e do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* – CELATS (1986-1989).

Destacamos o papel da professora Miriam Limoeiro Cardoso, cuja contribuição na pós-graduação do Serviço Social foi crucial para a formação de estudantes e profissionais, oferecendo uma base teórica sólida, incluindo os pensamentos de Marx e Gramsci. Essa influência teórica foi fundamental para uma compreensão mais profunda das relações sociais e para o debate do Serviço Social brasileiro. Cardoso e Abreu (2022, p. 157) destacam a contribuição de Miriam Limoeiro no adensamento teórico sobre análise marxiana e vertentes marxistas, com ênfase no filósofo e militante marxista italiano Antonio Gramsci (1891–1937), como fontes para pensar a profissão na dinâmica da luta de classes e a perspectiva da emancipação das classes subalternas. Ela também introduz uma discussão sobre o marxismo no debate da questão do método, utilizando como ponto de partida sua análise no trabalho "O mito do método", no qual se baseia principalmente nas ideias do filósofo francês Gaston Bachelard.

Após a pós-graduação das professoras Josefa Batista Lopes, Alba Pinho de Carvalho, Franci Gomes Cardoso e Marina Maciel Abreu, foi adotada uma estratégia de ocupação dos diversos espaços profissionais, a partir das pesquisas desenvolvidas, da articulação com a intervenção profissional, organização política e a formação acadêmica no bojo do movimento nacional de revisão do currículo do curso de Serviço Social, para uma formação alinhada com os desafios e as demandas da realidade social, aprimorando a capacidade de intervenção e o desenvolvimento teórico e metodológico da profissão.



A construção do currículo ocorreu de forma democrática e mobilizadora no Brasil de 1979 a 1982, através de diversos encontros preparatórios, visando à construção coletiva de um novo currículo. O movimento de revisão curricular elaborou o denominado currículo mínimo, aprovado em 1979 na XXI Convenção da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), realizada em Natal, Rio Grande do Norte, e em 1982 pelo Conselho Federal de Educação.

A participação do Serviço Social do Maranhão nessa dinâmica foi significativa, dando-lhe visibilidade política, além da luta contra a ditadura civil-militar. Nesse sentido, Josefa Batista Lopes, da UFMA foi eleita presidente da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), em 1981, além de Franci Gomes Cardoso e Alba Maria Pinho de Carvalho, que ocuparam os cargos de tesoureira e secretária, respectivamente.

Essa gestão na ABESS foi marcada por um compromisso com a transformação social e a construção de um currículo que refletisse as necessidades e os desafios do contexto brasileiro da época. Houve um esforço conjunto para a elaboração das diretrizes curriculares que valorizassem a formação crítica, ética e política dos assistentes sociais, incorporando perspectivas teóricas e metodológicas que contribuíssem para a análise crítica das demandas sociais e a promoção da justiça social. A ABEPSS decidiu em eleição que o curso que tinha condições de orientar esse processo era o Curso de Serviço Social do Maranhão, e, a partir daí, se deu a implantação do novo currículo em todas as unidades de formação.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao fim desta análise, é possível afirmar que a concepção de filosofia da práxis em Gramsci não apenas se mostra como uma interpretação original do marxismo, mas também como uma abordagem teórica e prática capaz de promover a transformação social. A partir da crítica às interpretações dogmáticas e vulgarizadas do marxismo, Gramsci elabora uma visão de mundo coerente, articulando filosofia e política de forma imbricada; ele concebe a filosofia da práxis não apenas como um exercício teórico, mas uma ferramenta para a ação política e a transformação da realidade.

Ao buscar uma síntese entre teoria e prática, entre análise crítica e engajamento social, o autor propõe uma abordagem que vai além da mera interpretação do mundo, buscando transformá-lo. Essa perspectiva se torna ainda mais relevante diante dos desafios contemporâneos, como a intensificação do liberalismo econômico e as crises sociais e políticas que assolam muitas sociedades.

Ao dialogar com o pensamento de Gramsci, o Serviço Social encontra inspiração para fortalecer seu compromisso com a construção de uma nova sociedade, livre da exploração e

dominação de classe, etnia e gênero. O Serviço Social, a partir do final dos anos de 1970, se constitui como uma profissão de natureza ineliminavelmente política. Sua articulação com a história, sua análise das lutas sociais e sua crítica à sociedade burguesa são fundamentais para a construção de um projeto profissional crítico e alternativo.

Diante do exposto, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) representou um marco na história do Serviço Social no Brasil. Conhecido como o "Congresso da Virada", esse evento foi o catalisador de uma transformação profunda na profissão, caracterizada pela emergência de um compromisso ético-profissional com uma sociedade justa e sem exploração. A categoria filosofia da práxis, embora não apareça de forma direta nos registros do congresso, permeia as discussões e reflexões sobre a necessidade de uma práxis libertadora, capaz de promover a conscientização e a organização das massas populares.

A trajetória do curso de Serviço Social da UFMA reflete não apenas as lutas e desafios enfrentados no âmbito local, mas também sua participação ativa no movimento histórico nacional e latino-americano. A revisão do currículo mínimo, a partir da década de 1970, foi um marco importante nesse processo de renovação e fortalecimento do Serviço Social. A incorporação de uma abordagem crítica, fundamentada em teorias como as de Marx e Gramsci, representou uma ruptura significativa com a formação religiosa anteriormente predominante. Essa mudança não apenas atualizou a formação técnica dos profissionais como também os capacitou para uma atuação mais engajada e politicamente consciente.

A contribuição do curso da UFMA para a formação de assistentes sociais vai além das fronteiras do Maranhão, alcançando repercussões em nível nacional e latino-americano. O engajamento dos professores em processos de formação acadêmica, intervenção profissional e organização política contribuiu para a consolidação de uma identidade profissional comprometida com as demandas e os desafios da realidade social.

Considera-se, assim, que o conceito de Filosofia da Práxis em Gramsci como elemento fundamental para fortalecer uma cultura profissional crítica, com o destaque para a importância do vínculo orgânico entre o Serviço Social e a história, sob uma perspectiva teórica crítica que reconhece as contradições do real e se engaja nas lutas emancipatórias da classe trabalhadora. Por fim, observa-se que essa nova visão de sociedade e sujeitos coletivos influenciou o debate sobre a formação profissional comprometida com as classes subalternas, com base na experiência do Curso de Serviço Social da UFMA.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BORGES, José Luiz. **Sete Noites**. São Paulo; Editor(es);, Ed. Max Limonad, 1987.
- BUTTIGIEG, Joseph. Subalterno/subalternos. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, PasQuale. **Dicionário gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Bernardinis; Revisão técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 1475-1480.
- BUTTIGIEG, Joseph. Sulla categoria gramsciana di “subalterno”. BARATTA, Giorgio; LIGUORI, Guido (orgs.). **Gramsci da un secolo all’altro**. Roma: Editori Riuniti, 1999, p. 27-38
- CARDOSO, Franci Gomes; Abreu, Marina Maciel. A influência da professora Miriam Limoeiro Cardoso nos estudos do método e na formação de pesquisadores na pós-graduação em Serviço Social/PUC-Rio anos 1970/1980. **O Social em Questão**. Ano XXV, n. 54, 2022, p. 153-176.
- CARDOSO, Franci Gomes; et. al., Formação profissional em Serviço Social no movimento da história do Maranhão. MOTA, Ana Elizabete et. al.(orgs.). **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. Cortez Editora, 2021, p.149-167.
- CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). **Anais do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS**. São Paulo, 1979.
- DAINOTTO, Roberto. Filosofia da práxis. *In*: LIGUORI, Guido; PASQUALE, Voza (orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia De Bernardinis; Revisão técnica Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 300-303.
- DIAS, Edmundo. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEL ROIO. Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- FERNANDES. Florestan. As contradições do capitalismo dependente. *In*: \_\_\_\_\_. **Em busca do socialismo**. Últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995. p.123-144.
- FROSINI, F. **Sul “marxismo” di Gramsci**. Consecutio Rerum Rivista Critica della postmodernità, Roma, n. 5, 2013. Disponível: marxismo-di-gramsci/&gt;. Acesso em: 2 fev. 2021.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Escritos Políticos**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa Ômega, 1977. 32
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. v. 5 [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. V. 6 [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.

\_\_\_\_\_. *Quaderni del carcere*. Edição crítica de Valentino Gerratana. Torino: Einaudi Editore, 1977.

HOBBSAWN, E. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

IAMAMOTO. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23 ed. Cortez, São Paulo, 2003.

LENIN, Vladimir Ilyich Ulianov. *Marxismo e revisionismo*. 1908. Disponível em: [www.marxists.org](http://www.marxists.org)&gt;. Acesso em 23 fev. 2022.

RODRIGUES, Ariadne. **A influência do pensamento gramsciano no “Congresso da Virada” do Serviço Social em 1979**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e (neo)pragmatismo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, maio/ago., 2005, p. 28-40.

\_\_\_\_\_. O protagonismo das periferias e dos subalternos na alternativa desenhada por Gramsci. In: DEL ROIO, Marcos (org.). **Gramsci**: periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. La filosofía de la praxis como “filosofía viviente”: fundamentos para el Trabajo Social. In: ARRIAGADA, L. A. V. **Gramsci y la filosofía de la praxis**. Aportes para un proyecto ético político. Buenos Aires: CLACSO; Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2023. Libro digital, PDF.

SPOSATI, Aldaiza. A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (org.); Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009, p. 81-96.

## Notas

<sup>1</sup> Os trabalhos mencionados encontram-se nos anais da XI JOINPP como componentes da mesa temática *SERVIÇO SOCIAL E FILOSOFIA DA PRÁXIS: reflexões sobre os fundamentos e a importância de Antonio Gramsci na formação acadêmico profissional*, com os seguintes títulos e autorias:

- *POR UMA FILOSOFIA SUPERIOR DAS CLASSES SUBALTERNAS: o “devir histórico” da filosofia da práxis*, de Ivete Simionatto e Mirele Hashimoto Siqueira;
- *FILOSOFIA DA PRÁXIS E SERVIÇO SOCIAL: pequenas reflexões sobre o ético-político no pensamento de Antonio Gramsci*, de Ana Livia Adriano;
- *IDEOLOGIA, FILOSOFIA DA PRÁXIS E SUBALTERNOS: A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO GRAMSCIANO NO III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, sendo as autoras Ariadne Rodrigues e Ana Lole;

**SERVIÇO SOCIAL E FILOSOFIA DA PRÁXIS: reflexões sobre os fundamentos e a importância de Antonio Gramsci na formação acadêmico profissional**

- E o artigo intitulado *FORMAÇÃO ACADÊMICO PROFISSIONAL CRÍTICA: a experiência do curso de Serviço Social da UFMA articulada à dinâmica nacional*, de autoria de Cristiana Costa Lima, Mariana Cavalcanti Braz Berger e Zaira Sabry Azar.

<sup>2</sup> Arrebanhando esforços de muitos intelectuais europeus, com o grande protagonismo da socialdemocracia alemã — em destaque Bernstein —, a influência deste movimento teórico e político é perceptível em alguns pensadores italianos e franceses, como Benedetto Croce e George Sorel. As pretensões neoidealistas do primeiro e o espontaneísmo do segundo apresentam-se sempre como fontes de questões à Gramsci, seja nos escritos pré-carcerários, seja nos Cadernos.